

A praxiologia culturalista de Anthony Giddens

Gabriel Peters

Doutorando em sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP/UERJ).

E-mail: gabrielpeters@hotmail.com

Introdução: o problema da relação agência/estrutura na teoria social

Segundo Margaret Archer (1995), a centralidade das concepções de “agência” e “estrutura” deve-se ao fato de que simplesmente não é possível produzir qualquer análise da vida social sem se empregar, implícita ou explicitamente, alguma concepção acerca da natureza e dos atributos dessas instâncias, sejam as mesmas consideradas como parte efetiva do domínio do fenomênico ou apenas como construtos analíticos úteis à sua compreensão. Trata-se de categorias que são mobilizadas no plano do que Alexander (1987: 13) conceitua como os *pressupostos* mais gerais da ciência social, os quais orientam e organizam a investigação e compreensão de quaisquer fenômenos ou realidades societárias por um dado pesquisador¹. O mesmo autor afirma que tais pressupostos podem ser formulados e justificados explicitamente ou permanecer, ao contrário, em estado de inconsciência ou semiconsciência. É inevitável, no entanto, que qualquer sociólogo envolvido em um estudo teórico e/ou empírico trabalhe a partir de certas pressuposições gerais dentre as quais se encontram: a) supostos acerca da *natureza da ação e de seus*

¹ A asserção de Alexander está intimamente relacionada ao seu uso particular da noção kuhniana de paradigma, que indicaria “*o forte efeito que pressuposições não empíricas possuem sobre a percepção mesma de variáveis empíricas*” (1987: 5). Com efeito, a investigação científica não está alicerçada apenas no ver para crer, mas também no crer para ver. Entretanto, ainda que a influência de Kuhn seja de fato crucial, embora não intencionada pelo autor, para o recente impulso à teorização nas ciências sociais, calcado no molde epistemológico do que se convencionou chamar de filosofia “pós-positivista” ou “pós-empiricista” da ciência (Cohen, 398-403: 1999), a ênfase no “forte efeito que pressuposições não empíricas possuem sobre a percepção mesma de variáveis empíricas”, no fato de que não há observação (ou linguagem de observação) do real que independa de categorias e pressupostos gerais presentes na mente do sujeito cognoscente, já havia sido proposta anteriormente por diversos autores no âmbito da filosofia da ciência, como Duhem, Quine, Popper e Bachelard (sem contar os esforços anteriores na gnosiologia mais geral de Kant e Husserl).

motores subjetivos; b) supostos acerca do *caráter socialmente padronizado e organizado da atividade humana*, isto é, das complexas formas pelas quais uma multiplicidade de ações individuais é arranjada de maneira a formar *estruturas e instituições coletivas* - o chamado “problema da ordem”, que tanto preocupou Hobbes, Durkheim, Parsons e vários outros, mas cuja enunciação clássica proveio da pena de Simmel quando este, ao parafrasear uma interrogação kantiana acerca da natureza, colocou-se a questão: “como é possível a sociedade?”² (Simmel, 1983).

Qualquer concepção quanto às condições de possibilidade da ordem social implica uma visão sobre o que conecta a ação individual subjetivamente propelida às propriedades estruturais, institucionais e culturais das formações sociais mais abrangentes em que os indivíduos estão imersos. No entanto, a despeito da existência de uma considerável concordância acerca das ideias de que as estruturas sociais são um produto da ação humana e de que esse produto, por sua vez, condiciona de alguma forma as ações e interações ulteriores dos indivíduos, os sucessivos desenvolvimentos na história da teoria social tenderam a priorizar um elemento em detrimento do outro, caminhando, como indica o *slogan* útil de Alexander e Giesen (1987), não para uma *articulação (linkage)* genuína entre os dois planos, mas para a *redução* de uma dimensão à outra.

As abordagens fenomenológicas e etnometodológicas, por exemplo, elucidaram de maneira sofisticada vários dos complexos procedimentos individuais por meio dos quais as ações e interações humanas se produzem em microssituações de co-presença física, mas em geral negligenciaram a sociogênese dos agentes *qua* agentes (isto é, os processos de transformação de indivíduos biológicos em *atores sociais competentes*) e as implicações mais significativas da inserção de suas ações localmente situadas em coletividades ou sistemas sociais mais amplos. Esta negligência teve como efeito a redução do

² Vale dizer que a aceção de ordem social implicada acima possui um alcance amplo, referindo-se ao caráter socialmente organizado das ações e relações humanas, ao fato de que o mundo societário constitui “um arranjo de entidades no qual cada uma tem um lugar e significado”, “um arranjo de pessoas no qual elas realizam ações inter-referidas, estão envolvidas em relações particulares e possuem identidades específicas” (Schatzki, 1996: 15). Tomada nesse sentido lato, a ideia de ordem social não se refere, assim, apenas à organização ou estruturação de situações de coexistência cooperativa e harmoniosa, mas também a contextos sociais que podem comportar situações mais ou menos intensas de *conflito* e exercício esporádico ou sistemático de *poder* e *violência* entre os indivíduos e grupos que os integram (Elias, 190-193: 2001; Simmel, caps.8, 9 e 10: 1983).

escopo das *relações sociais* dos atores às *interações diretas* em que estes se envolviam, o que acarretava subestimar a força dos condicionamentos e coerções exercidos por ambientes sociais previamente estruturados e de alcance “trans-situacional” na determinação da conduta dos agentes, bem como as conseqüências não intencionais desta conduta sobre aqueles ambientes. No limite, tal inflexão analítica levou certas correntes da microssociologia interpretativa a conceber situações ou instituições societárias como resultados implausivelmente plásticos e “maleáveis” engendrados pela agência criativa e frouxamente estruturada de indivíduos reflexivos.

Escapando à falácia microssociológica da redução das características relevantes à descrição e explicação da conduta social situada aos contextos locais de ação e interação face a face, os enfoques teóricos de cunho macroscópico procuraram definir os contornos e propriedades de formações sócio-históricas mais abrangentes através do que Mannheim denominou de uma “visão de pássaro” do mundo social - poder-se-ia falar também, em uma metáfora mais afeita a nossos tempos tecnológicos, em uma visão *Google Earth* do mundo social. No entanto, assim procedendo, estes enfoques inclinaram-se a uma imagem da ação que enfatizava sobretudo sua determinação ou condicionamento estrutural ou sistêmico, tendendo a subestimar significativamente o nível de controle e conhecimento explícito ou simplesmente prático que os atores possuíam em relação aos seus contextos sociais de ação, bem como as suas capacidades de intervenção criativa sobre os mesmos, fartamente documentadas nos estudos microssociológicos (Garfinkel, 1967; Giddens, cap.1:1978; Goffman, 1975; Joseph, 2000). A exacerbação daquela perspectiva objetivista tendeu, no limite, a um retrato dos atores individuais como meros epifenômenos de estruturas sociais, “marionetes” (Bourdieu, 1990a: 21) completamente governadas por forças coletivas que elas não seriam capazes de compreender ou controlar.

A antítese entre essas duas espécies de abordagens foi resumida por Giddens (2003: XVI; ver também Bourdieu, 1990b: 150) em termos de um confronto entre *subjetivismo* e *objetivismo*, conforme as ênfases alternativas que essas perspectivas teóricas ofereceram ao problema da relação entre *sujeito* (o ator humano individual) e *objeto* (a sociedade e suas estruturas e instituições) no desenrolar da existência sócio-histórica. Segundo as lentes interpretativas fornecidas pela teoria da estruturação de Anthony Giddens, seria possível situarmos como perspectivas mais próximas ao pólo

subjetivista, por exemplo, o interacionismo simbólico de George Herbert Mead ou Herbert Blumer, a microssociologia “dramatúrgica” de Erving Goffman, a fenomenologia social de Alfred Schutz, a etnometodologia de Harold Garfinkel e filosofias neowittgensteinianas da ação social (à la Peter Winch). No grupo de abordagens mais próximas ao objetivismo, poderíamos incluir, por sua vez, a sociologia durkheimiana, o estrutural-funcionalismo radical da última fase do trabalho de Talcott Parsons, a abordagem sistêmica de Niklas Luhmann, a antropologia estruturalista de Lévi-Sträuss e as diversas interpretações e/ou variantes determinísticas do marxismo, como, por exemplo, aquela avançada por Louis Althusser.

É por meio da avaliação dessas abordagens que o autor constrói a sua própria perspectiva, explicitamente impulsionada pelo desejo de superar tanto o *determinismo*, que reduz as práticas dos agentes à operação coercitiva de mecanismos societários tidos como autônomos em relação àqueles, caracterizando os processos de reprodução social como um resultado mecânico e não como uma consecução ativamente instituída por agentes hábeis, quanto o *voluntarismo*, que ignora o papel condicionante dos contextos estruturais em que aquelas práticas se dão, centrando-se unilateralmente nos processos de *produção* da sociedade através da agência humana e deixando de lado a outra face da moeda, isto é, a formação de tais indivíduos *qua* agentes sociais. O desejo de escapar às armadilhas de um enfoque unilateral sobre o sujeito ou sobre o objeto leva Giddens a erigir como domínio básico do estudo científico-social não o espectro das motivações e habilidades subjetivas do ator individual ou as propriedades estruturais de coletividades, mas as *práticas sociais* recursivamente ordenadas pelos agentes no tempo e no espaço.

A idéia de estruturação torna evidente a pretensão giddensiana de produzir um retrato dinâmico da vida social, centrado na tese de que quaisquer modalidades de organização societária só existem historicamente enquanto reproduzidas através das atividades cotidianas de uma multiplicidade de atores individuais, ao mesmo tempo em que coagem e habilitam tais atividades. Como é muito comum nas ciências humanas, essa tese aparentemente inócua gera uma teia imensamente complexa de ramificações, teia cuja tessitura constitui o propósito *par excellence* da teoria da estruturação de Giddens, tanto no seu aspecto *ontológico* (como coleção de idéias acerca das entidades e processos que compõem o mundo social) quanto *metodológico* (no plano de orientações procedimentais a

respeito dos modos heurísticamente mais fecundos de estudar empiricamente esse mundo).

Para além da dicotomia subjetivismo/objetivismo

A teoria da estruturação foi constituída por meio do exame crítico de uma enorme plethora de autores e escolas de pensamento na filosofia e nas diversas ciências sociais. As vertentes de pensamento acerca das propriedades fundamentais da agência humana e da vida social incorporadas e/ou criticadas na teoria da estruturação são efluentes não apenas de novos desenvolvimentos da sociologia contemporânea (Schutz, Garfinkel, Goffman, Parsons, Merton), mas também da filosofia analítica da linguagem e da ação (Wittgenstein, Winch), de tendências do pensamento filosófico “continental” (Heidegger, Gadamer, Habermas, Foucault, Derrida), da linguística (Saussure), da antropologia (Lévi-Sträuss), da psicologia (Freud, Erikson) e da geografia (Hägerstrand), dentre outros domínios de reflexão e investigação.

O *modus operandi* de fabricação socioteórica típico do autor inglês opera simultaneamente nos terrenos da crítica *imane*nte - ao examinar avaliativamente a extensão em que certas tradições de pensamento social solucionaram, com seus próprios recursos, os problemas analíticos que se propuseram resolver - e da crítica *dialógica* - por meio da qual ele combina insumos intelectuais de diversas escolas e autores, especialmente jogando uns contra os outros, por assim dizer, com vistas à demonstração das questões para cuja resolução ou tratamento certas perspectivas são efetivamente iluminativas, ao passo que as visões alternativas negligenciam-nas ou contemplam-nas de modo superficial ou insatisfatório. O debate de Giddens com o estrutural-funcionalismo de Parsons e com a etnometodologia de Garfinkel não apenas oferece um exemplo útil de tal forma de teorização comparativa de forças e fraquezas heurísticas, mas também prepara o terreno para seu caminho de superação da dicotomia subjetivismo/objetivismo.

Não há dúvida de que a abordagem de Parsons consiste no principal “saco de pancadas” do estruturacionismo de Giddens (1978: 19; 1979: 51-52; 2003: XLI-XLII). Como sabemos, o “incurável teórico” estadunidense atacou o problema da relação entre ação e estrutura segundo uma via *normativista* ou “freudodurkheimiana”, calcada na tese de que as orientações subjetivas de conduta interiorizadas na personalidade dos agentes estariam, graças a padrões comuns de socialização, normativamente harmonizadas com

aquelas dos demais atores integrantes de seus ambientes de interação e, nesse sentido, com as próprias exigências funcionais desses ambientes. A “dupla contingência” (Parsons, 1991: 15-44) que avultava como uma potencialidade de qualquer interação seria, assim, neutralizada pelo compartilhamento de expectativas normativas semelhantes entre os agentes envolvidos, como resultado da moldagem socializativa de seus valores e estruturas de personalidade conforme os requisitos de uma ordem social determinada.

Inspirado nas “reações microsociológicas” à concepção parsoniana do agente que contribuíram para destruir o “consenso ortodoxo” outrora formado em torno de sua abordagem (ver Peters, 2011: 87-88), Giddens sustenta que aquela perspectiva normativista acabou levando Parsons a conceituar os atores como meros suportes de reprodução das propriedades dos sistemas sociais, vistas como objetivamente impostas aos indivíduos, ao invés de criativamente constituídas por eles. Chegando a definir seu construto teórico como um “manifesto não funcionalista” (Giddens, 1979: 7), o autor britânico erige sua reflexão, assim, sobre três premissas fundamentais tiradas de abordagens adversárias do enfoque sistêmico parsoniano (ou, pelo menos, do funcionalismo radical da última fase da obra desse autor): a) a ênfase no caráter *ativo* e *reflexivo* da conduta humana, ou, em outras palavras, a recusa em conceber o comportamento individual como resultante de forças sociais que agem à revelia do controle e da compreensão dos agentes; b) a acentuação da importância da *linguagem* e das *faculdades cognitivas* na caracterização e explicação do curso da vida social, dimensão deficitariamente abordada por Parsons em função de sua via predominantemente normativista de análise da conduta social; c) a ênfase no caráter *contingente* da interação social e da reprodução das práticas sociais no tempo e no espaço, ênfase vislumbrada como um antídoto contra as recaídas da teoria social no objetivismo e no evolucionismo.

Os ataques de Giddens ao funcionalismo de Parsons foram particularmente influenciados pela etnometodologia de Garfinkel, crucial para a reorientação da análise social no sentido das complexas habilidades e procedimentos cognitivos e práticos que fazem das ações cotidianas *performances qualificadas* (Giddens, 1979: 253-254). Enquanto as abordagens objetivistas tinham seu foco principal nas influências de sistemas sociais mais abrangentes sobre a modelação dos encontros interativos, as linhas de investigação etnometodológica, por outro lado, dirigiram seu olhar ao caráter

social e historicamente produtivo de tais interações, aos modos pelos quais os atores desenham criativamente o curso de seus encontros e buscam ativamente moldar e remoldar as características definidoras de seus contextos de ação.

A veia etnometodológica da teoria da estruturação leva Giddens a enraizar os padrões de conduta e de relacionamentos que configuram a fisionomia institucional dos sistemas sociais em interações habilmente realizadas nos múltiplos cenários que compõem tais sistemas. A insistência do autor britânico no fato de que as propriedades de sistemas sociais de alcance histórico-geográfico mais amplo só existem, em termos heideggerianos, no “vir-a-ser da presença” (Giddens, 1981: 31), isto é, enquanto (re)atualizadas nas práticas contextualizadas de atores cognoscitivos, também trai a influência garfinkeliana sobre o estruturacionismo. Ao mesmo tempo, Giddens distancia-se dos parâmetros analíticos etnometodológicos ao reconhecer os limites de uma concentração presentista e localista na conduta social *in situ*, a qual oblitera o exame da constituição prévia da subjetividade dos agentes e de seus poderes agenciais, da intrusão de condicionamentos macroestruturais e, portanto, trans-situacionais nos contextos microscópicos de atividade situada e, por fim, das contribuições causais intencionais ou não intencionais dos cursos de ação urdidos em tais contextos para a reprodução daqueles sistemas sociais de escopo espaço-temporal mais abrangente.

Portanto, a centralidade conferida pelo autor inglês ao emprego reflexivo e relativamente autônomo da cognoscitividade como motor da ação não implica que ele defenda a hipótese de que toda ciência social deva ser puramente interpretativa. Giddens reconhece os limites de abordagens como a de Garfinkel *et cetera* ao notar que, embora todos sejamos atores intencionais e possuamos bastante conhecimento a respeito dos contextos sociais em que atuamos, o raio de alcance dos efeitos de nossas ações escapa cronicamente às intenções e finalidades explícitas ou implícitas que as induziram, engendrando também condições não reconhecidas de novas ações. Nesse sentido, uma dimensão fundamental da investigação sociológica corretamente enfatizada pelos enfoques funcionalistas ou sistêmicos, apesar de erroneamente explicada pelo recurso a teleologias holísticas, seria justamente aquela concernente aos eventos e processos sociais cujo curso e configuração ocorrem sem intenção deliberada de nenhum dos agentes envolvidos, particularmente no que diz respeito a processos de *reprodução* de práticas institucionalizadas, isto é, profundamente enraizadas no tempo-espaço. O desafio que constitui um dos fios condutores da

teoria da estruturação é a tentativa de formular uma descrição de processos de reprodução social em um quadro teórico não funcionalista, o qual permita, sem a imputação de qualquer teleologia intrínseca ao “sistema social”³, a captura analítica da relação entre atividades cotidianas situadas em contextos locais de interação e propriedades estruturais de sistemas sociais reproduzidas em recortes mais abrangentes do espaço-tempo.

Estruturas e práticas

No coração da teoria da estruturação encontra-se a ideia de que o entrelaçamento entre as instâncias subjetiva e objetiva do universo social pode ser demonstrado se compreendermos a relação entre essas dimensões não segundo um *dualismo* que as tome como esferas mutuamente excludentes, mas sim como uma *dualidade*, um relacionamento entre dimensões fenomênicas que não apenas não possuem uma existência independente uma da outra, como também podem ser vislumbradas como duas facetas de uma mesma realidade: as práticas recorrentes que configuram o modo de existência do mundo social (Giddens, 1982: 8). Como afirma o próprio autor:

Quis dar ênfase ao fluxo dinâmico da vida social. Não devemos ver a vida social simplesmente como a ‘sociedade’, de um lado, e o produto do ‘indivíduo’, de outro, e sim como uma série de atividades e práticas que exercemos e que ao mesmo tempo reproduzem instituições mais amplas. (...) Tomei a idéia de práticas sociais recorrentes como objeto central das ciências sociais, em vez de partir dos conceitos de ‘indivíduo’ ou ‘sociedade’ (Giddens, 2000: 61).

O núcleo da praxiologia estruturacionista de Giddens consiste na tese segundo a qual a constituição histórica das sociedades humanas está ontologicamente fundada no desempenho hábil de práticas levadas a cabo por uma pletora de agentes individuais atuando em uma multiplicidade de cenários. Na sua concepção, essa asserção não descamba para o subjetivismo em virtude do fato de que as características dos atores individuais não são pensadas como dadas, mas sim como derivadas do aprendizado socializativo de “regras e recursos” intersubjetivamente sustentados nos seus ambientes sócio-históricos de atuação. A teoria da estruturação compartilha com diversas outras abordagens no pensamento sociológico

³ “Sistemas sociais não possuem propósitos, razões ou necessidades; apenas indivíduos humanos possuem-nos” (Giddens, 1979: 7).

contemporâneo, de Simmel a Habermas passando por Mead, a tentativa de superação das premissas da chamada “filosofia da consciência” ou “filosofia do sujeito”, ao destacar a essencialidade da *interação* simbolicamente mediada na formação e operação das faculdades cognitivas e práticas dos agentes sociais (Giddens, 1999: 298). Assim como Habermas (2000: 415-416) substanciou detalhadamente a tese de que os atores humanos só podem agir e falar tendo como alicerce um mundo da vida social *taken for granted*, Giddens sublinha que os indivíduos atuantes adquirem a capacidade de auto-objetivação, fundamental, como bem viu Mead, à monitoração reflexiva da própria conduta, a partir da inserção experiencial em interações sociolinguísticas regidas por “jogos de linguagem” particulares. Como demonstrado pelos famosos argumentos de Wittgenstein contra a possibilidade de uma linguagem “privada” (Giddens, 1997: 234), a operação eficaz da subjetividade individual depende ela mesma do uso de instrumentos simbólicos intersubjetivamente compartilhados nos marcos de *Lebensformen* grupais, de modo que mesmo a interpretação reflexiva da própria experiência íntima só pode imbuir esta última de sentido lançando mão de regras que constituem propriedades de coletividades.

Nesse sentido, se mesmo as propriedades mais firmemente institucionalizadas de sistemas sociais, cujo escopo no tempo e no espaço ultrapassa aquele alcançável por qualquer biografia individual, dependem de sua reprodução crônica por uma multiplicidade de atores situados, a agência histórica - concebida como “capacidade transformativa” (Giddens, 1979: 88) de influir, intencional ou inintencionalmente, no fluxo de eventos que desenham a vida social - depende do acesso a meios capacitadores de conduta historicamente situados. São esses instrumentos habilitadores ou pré-requisitos da ação que Giddens pretende capturar com seu uso particular da noção de “estrutura”.

A maior parte das tradições de pensamento sociológico contemporâneo veicula um conceito de “estrutura” que tem como núcleo a referência ao “formato” ou “geometria” (Simmel) das formações sociais humanas, ou seja, aos modos pelos quais as partes das coletividades (indivíduos, grupos, organizações) se articulam. Ainda que o autor seja um crítico feroz de quaisquer tentativas de imputar a totalidades sociais *per se* poderes autônomos de auto-regulação ou tendências evolutivas inexoráveis, o conceito de *sistema social*, despido de suas ressonâncias funcionalistas e evolucionistas, é a ferramenta conceitual eleita por Giddens para instrumentalizar o exame dos arranjos relacionais de indivíduos,

práticas e organizações que estabelecem a “forma” de um dado contexto coletivo. Nesse sentido, a noção de “estrutura” deixa de referir-se às formas historicamente persistentes assumidas pelas relações societárias, passando a designar os instrumentos agênticos compartilhados que, sendo recursivamente mobilizados nas práticas de uma diversidade de atores, constituem as *instâncias gerativas* de tais formas (Giddens, 1989: 256).

A acepção giddensiana deste conceito vai ao encontro de diversas outras abordagens (e.g., Elias ou Bourdieu) em seu questionamento da inclinação à caracterização da sociedade unicamente como um ambiente que impõe restrições exteriores às linhas de conduta que podem ser tecidas pelos atores individuais. Tal questionamento está atado ao destaque ao fato de que é apenas pelo acesso a regras e recursos coletivamente veiculados no interior de determinadas formações sócio-históricas que tais indivíduos tornam-se *agentes* aptos a intervir sobre o curso dos processos que se desenrolam em tais formações, ainda que os efeitos de tais intervenções escapem tipicamente às intenções tácitas ou explícitas que propeliram-nas.

Do ponto de vista heurístico, a linguagem pode ser vista como um exemplo paradigmático do caráter *recursivo* das estruturas sociais e de suas propriedades simultaneamente restritivas e capacitadoras (*constraining* e *enabling*). Ao mesmo tempo em que delimita coativamente um espectro de condutas possíveis (no caso, de atos de fala), a linguagem constitui um acervo empoderador de recursos através dos quais os atores podem interpretar, avaliar, influenciar e controlar as circunstâncias ou aspectos de circunstâncias sociais em que eles se vêm imersos. A referência freqüente à linguagem na tematização dos atributos fulcrais de estruturas não significa, entretanto, que Giddens esteja propondo uma redução do mundo social a seus elementos lingüístico-discursivos ou “textuais”. Na verdade, sua conceituação das “modalidades de estruturação” sustenta que qualquer mobilização situada de estruturas gerativas envolve: a) *comunicação*, por meio de regras de produção e interpretação de significados; b) *legitimação*, através de regras de avaliação moral da correção ou incorreção da conduta; c) e *dominação*, por meio do uso de recursos de poder alocativos, os quais permitem o controle de objetos materiais, e/ou autoritativos, mobilizados no controle das ações de outros indivíduos.

Como potencialidades gerativas, as estruturas, ainda que consistam em propriedades de coletividades, só produzem efeitos empíricos no mundo social ao serem conhecidas e utilizadas pelos atores em atividades contextualizadas, podendo assim ser

caracterizadas como “virtuais” (Ricoeur), isto é, situadas fora do tempo e do espaço, a não ser nos momentos de suas instanciações situadas. Nesse ponto, a influência primordial sobre Giddens é, naturalmente, a conceituação gerativista oferecida pelas diversas correntes estruturalistas e pós-estruturalistas, ainda que devidamente despida de seu viés objetivista pela ênfase combinada (de sabor etnometodológico e wittgensteiniano) sobre as capacidades reflexivas e criativas dos atores. As estruturas são concebidas, assim, como ordens ou sistemas “virtuais” com propriedades *recursivas* continuamente atualizadas na conduta dos agentes (concepção que ecoa, com efeito, a clássica distinção entre *langue* e *parole* de Saussure). Nesse sentido, as estruturas não constituiriam “presenças” manifestas sob a forma de padrões de interação entre indivíduos e/ou partes de sistemas sociais, mas intersecções de *presença* e *ausência*, nas quais códigos subjacentes (por exemplo, a língua/*langue* como um sistema ausente) teriam de ser inferidos de suas manifestações contextualizadas de “superfície” (e.g., as diversas expressões particulares e contingentes da fala/*parole*). Reconhecendo a importância fundamental das intersecções presença/ausência, Giddens busca construir uma concepção da estruturação de relações sociais que capte seus aspectos “visíveis” e “invisíveis”, postulando para tanto uma diferenciação entre os conceitos de “estrutura” e “sistema”, os quais tendem a ser intercambiáveis nos modelos funcionalista e estruturalista de análise. Isso significa que deveríamos reconhecer, segundo ele, o entrelaçamento de duas dimensões no desenho da vida social humana: a) a padronização sintagmática de relações societárias no tempo-espaço por meio da reprodução de práticas localizadas (sistemas sociais); b) uma ordem virtual ou “paradigmática” de modos de estruturação (estruturas) recursivamente implicados em tal reprodução. A relação inextricável entre essas duas dimensões tornaria-se clara, por exemplo, quando verificamos que o pronunciamento de uma única sentença lingüisticamente inteligível pressupõe um *corpus* ausente de regras gramaticais que constituem a língua como uma totalidade virtual.

A análise da relação entre língua e fala deve ser interpretada, entretanto, como uma *inspiração heurística* do conceito giddensiano de estrutura, não pressupondo a tese de que “a sociedade é como uma linguagem”, como rezavam certos *slogans* estruturalistas, mas sim apostando na ideia de que, em face de sua monumental importância como atividade prática na produção da vida social, a operação praxiológica da linguagem pode, em certos aspectos, ser

tomada como ilustrativa de processos societários *in genere*. Nesse sentido, o relacionamento entre *interação* e *estrutura* postulado no estruturacionismo amplifica conceitualmente o alcance das concepções saussurianas quanto à relação entre *langue* e *parole*, mobilizando-as em um retrato da interdependência entre atividades localizadas desempenhadas por agentes específicos e as regras e recursos estruturantes os quais, constituindo propriedades de coletividades e não tendo sido, nesse sentido, engendrados por nenhum sujeito particular, só existem no tempo-espaço enquanto implementados na consecução de tais atividades.

Ao mesmo tempo em que incorpora os *insights* estruturalistas e pós-estruturalistas quanto ao caráter *gerativo* das estruturas ao conceituá-las como ordens virtuais de diferenças, Giddens combate intensamente a perspectiva de que tal tese acarreta “a evaporação da subjetividade em um universo vazio de sinais” (Giddens, 2003: XXIV). Ele o faz enfatizando que a mobilização recursiva de tais estruturas em contextos práticos de atividade situada não tem nada de automático, como se as estruturas agissem “através dos atores”, mas constitui, ao contrário, uma consecução hábil e reflexivamente instituída pelos agentes individuais. No contexto de um modo de análise praxiológico, deve-se atinar para o fato de que “compreender” uma regra, como ensinou Wittgenstein, não significa ser capaz de expressá-la de modo discursivo (embora isso seja possível), mas sim possuir a capacidade de aplicá-la de acordo com os contextos e modos “corretos”, isto é, socialmente convencionados. Com efeito, um volume substancial do saber estruturado implementado pelos agentes na produção e reprodução da vida social está vincado na instância subjetiva que Giddens denomina *consciência prática* (Giddens, 2003: 440), noção que se refere a todos os recursos cognitivos e agenciais/práticos que os agentes mobilizam nas situações interativas cotidianas do mundo social, ainda que não possam oferecer-lhes uma tematização discursiva e explícita. A ilustração predileta de tal conceito consiste, de novo, no uso da linguagem, uso que não é apenas (ou mesmo primordialmente) dirigido à descrição ou figuração das características dos mundos societário e natural, mas parcialmente *constitutivo* da atividade prática de reprodução da vida social. Com efeito, falar uma língua envolve o conhecimento tácito de um conjunto altamente complexo de regras sintáticas, táticas de conversação, referências contextuais e diversos outros elementos necessários à manutenção prática da interação lingüística. Podemos afirmar, nesse sentido, que todo ator típico conhece as regras e

recursos necessários à realização de tal forma de interação comunicativa na medida em que simplesmente é capaz de colocá-los competentemente para funcionar na prática, mesmo que não possa ter acesso aos mesmos sob uma roupagem discursivamente articulada.

As estruturas que organizam as práticas não são prescrições rígidas, mas fórmulas ou técnicas “metodologicamente” empregadas pelos atores para lidar com as situações rotineiras da vida social. A ideia de que o conhecimento prático atualizado na atividade social é “metodológico” por definição, de onde advém a tese garfinkeliana da existência de “etnométodos” cotidianamente implementados pelos agentes para constituir interativamente a ordem e a inteligibilidade de seus contextos sociais de ação, implica que tal conhecimento incorporado pelo ator não especifica todas as circunstâncias com as quais ele ou ela poderá defrontar-se, mas proporciona uma *capacidade genérica*, versátil e criativa de lidar com uma gama indefinidamente ampla de situações sociais. Além disso, ao aplicá-las em suas respostas às coleções únicas de circunstâncias em que se encontram e que constituem resultado de condutas passadas (suas e/ou de outros), os atores podem ser levados a modificar tais regras em alguma medida, o que confere a elas uma certa fluidez e dinamismo intrínsecos. As propriedades *reflexivas* dos agentes, nesse sentido, não estão corporificadas apenas nas suas aplicações inventivas de estruturas em práticas circunstanciadas, mas também na sua capacidade de refinar e transformar os próprios conhecimentos que mobilizam na produção de suas condutas⁴.

Como uma ontologia de potenciais aspirante a um “manifesto não funcionalista”, a teoria da estruturação confere um estatuto dos mais proeminentes às capacidades que os atores humanos possuem de influenciar as características dos contextos sócio-históricos em que eles estão imersos. Não obstante, sabemos que o autor inglês também pretende articular a um retrato daquelas potencialidades agênticas a referência aos fatores que estão na gênese da padronização e regularização das atividades sociais. As regras e recursos mobilizados pelos atores, na medida em que contribuem

⁴ Diferentemente de Bourdieu, que, a partir de uma noção de reflexividade como retro-análise intelectualista, pausada e abstraída das urgências da prática, caracteriza a operação do *habitus* como pré-reflexiva (Bourdieu, 1990a: 21), segundo Giddens a reflexividade dos atores opera *sobretudo* em nível tácito, de forma que não haveria sentido em caracterizar tal processo subjetivo (ou as *regras* que ele mobiliza, conceito criticado por Bourdieu, em sua acepção “juridicista”, em parte pela mesma razão) como pré-reflexivo (ver também Domingues, 1999: 44).

para organizar suas interações de uma maneira *rotinizada*, cumprem a função psicológica e existencial de propiciar a eles uma sensação de *segurança ontológica* (conceito tomado de Erikson e Laing), no sentido de um efeito de neutralização da ansiedade derivado da “confiança em que os mundos natural e social são o que parecem ser, incluindo os parâmetros existenciais básicos do *self* e da identidade social” (Giddens, 2003: 444). A tese da necessidade de manutenção contínua de um senso de segurança ontológica constitui uma espécie de fundamento psíquico para a explicação do caráter poderosamente padronizado e rotinizado da conduta e das interações sociais cotidianas.

Além da referência ao anseio psicológico por segurança que impele inconscientemente os atores à rotinização de suas interações, a idéia de *distanciamento espaço-temporal* é fundamental à maneira como Giddens teoriza o vínculo entre a ação individual situada e as propriedades macroscópicas de sistemas sociais (Giddens, 1981: 90). Como vimos, a mobilização recursiva de estruturas consiste em uma intersecção de presença e ausência, no sentido de que sua utilização por parte dos agentes traz para um contexto particular regras e recursos que estão sendo mobilizados por outros em *loci* diferentes (e.g., a multiplicidade de situações de fala possibilitadas pelo domínio do idioma português, o qual, como uma totalidade, se reproduz graças a tais utilizações contextuais que ele torna possíveis). As regras e recursos, nesse sentido, são as instâncias de mediação entre a conduta local e momentânea e as propriedades de coletividades mais remotas no tempo e no espaço, amarrando uma diversidade de situações umas às outras. Dessa forma, as regularidades nos modos de interação e na condução de práticas que configuram as propriedades de um sistema social mais ou menos extensamente regionalizado no tempo e no espaço derivam do fato de que as mesmas estruturas são nele aplicadas em uma diversidade de momentos e lugares, o que explica sua integração transcontextual.

Nesse sentido, o “problema da ordem” pode ser reformulado, em termos praxiológicos, como o exame dos modos de intersecção entre a *longue durée* (Braudel) supra-individual da reprodução/transformação de instituições sócio-históricas e a *durée* (Bergson/Schutz) que caracteriza os percursos biográficos e as interações rotineiras tecidas no decurso da vida cotidiana (Giddens, 2001: 22-23). No que toca à clássica antinomia entre micro e macrosociologia, a tese nuclear da dualidade da estrutura impõe uma restrição a quaisquer abordagens que considerem os encontros

desempenhados em cenários microsociológicos como instâncias mais “reais” ou “substanciais” do que os objetos tradicionais do inquérito macrosociológico, objetos que seriam concebidos nessas abordagens, por exemplo, apenas em termos de “macrorreferências” feitas pelos atores em suas interações locais (ver Vandenberghe, 2010: 190-191). O mesmo argumento da dualidade da estrutura leva Giddens a repudiar, ao mesmo tempo, a visão inversa, segundo a qual as modalidades microscópicas de interação constituem ocorrências meramente efêmeras em face da continuidade persistente de instituições de largo escopo espacial e/ou temporal. Contra caminhos unilateralmente ascendentes (*bottom-up*) ou descendentes (*top-down*) de análise da relação micro/macro, a teoria da estruturação postula uma *dialética de presença e ausência* que pode entrelaçar as formas mais triviais de ação e interação social às propriedades estruturais de coletividades inteiras e até mesmo, como possibilidade lógica cada vez mais próxima de realização empírica em tempos de globalização, de toda a humanidade⁵.

Praxiologia, individualidade e totalidade

Em convergência com outros autores (Bauman, 1973; Bourdieu, 1979, 1990a, 1990b; Sahlins, 1999), a teoria da estruturação de Giddens constitui um avatar específico de uma *praxiologia culturalista*. No núcleo de uma praxiologia está a ideia de que a referência ontológica fundacional para a investigação das entidades e

⁵ Com efeito, a posterior definição giddensiana da globalização como um processo de intensificação de “relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa” (Giddens, 2001: 69), testemunha em favor da tese de que as visões histórico-sociológicas do autor britânico sobre a interpenetração entre o local e global nas sociedades contemporâneas estão ancoradas no argumento teórico-metodológico mais geral da dualidade ação/estrutura. Vandenberghe observou esse ponto com argúcia: “*Na medida em que o local e global tornam-se dialeticamente interligados, ações locais e estruturas globais tornam-se mutuamente implicadas de um modo tal em que as ações locais reproduzem ou transformam as estruturas globais nas quais elas estão embebidas e pelas quais elas são crescentemente condicionadas. Transposta do reino metateórico para o reino sócio-histórico, a estruturação ou jogo dialético entre ação e estrutura assume assim uma dimensão global. Do mesmo modo em que todo ato de fala individual pressupõe a instituição social da linguagem e contribui para a sua reprodução ou transformação, todo ato local é potencialmente condicionado por estruturas globais e implicado na sua reprodução ou transformação*” (Vandenberghe, 1999: 9).

processos constitutivos da vida societária não consiste na experiência subjetiva do ator individual ou em qualquer forma de totalidade coletiva concebida de modo reificado, mas nas *práticas sociais* desenroladas em contextos sócio-históricos definidos, concebidas como o *locus* fundamental de entrelaçamento entre as dimensões objetiva e subjetiva do universo societário. A imagem da vida social como um fluxo ininterrupto de práticas permitiria superar as aporias em que esbarram as imagísticas da existência societária ancoradas nos conceitos de *individualidade* e *totalidade* como “pontos de partida sócio-ontológicos” (Schatzki, 1997: 283).

Por um lado, a ideia de uma totalidade social cuja existência, reprodução e desenvolvimento seriam governados por mecanismos impessoais operantes no nível coletivo, considerado como uma instância ontológica *sui generis* capaz de regular objetivamente a atuação ou funcionamento de suas partes (indivíduos, grupos, instituições), já foi objeto de uma devastadora crítica. Esta baseou-se não apenas em uma ênfase empiricamente fundada sobre a agência humana intencional, a contingência dos acontecimentos sociais e o caráter necessariamente aberto e imprevisível do futuro, mas também na tese relacionada de que as constelações institucionais ou estruturais formadas pelos nexos múltiplos entre fenômenos sociais são muito mais instáveis, incoerentes e mutáveis do que supunha a analogia organismica tipicamente associada a teorias da totalidade social. Por outro lado, a crítica a tais perspectivas teóricas não implica necessariamente uma implausível minimização do caráter padronizado ou coagido da atividade humana em sociedade, da inegável persistência histórica de determinadas estruturas institucionais, ou ainda das complexas relações de interinfluência estabelecidas entre ações e instituições diversas no curso dos processos sócio-históricos. Ela acarreta apenas o questionamento da suposição teórica apriorística de que tais fenômenos engendram (ou resultam de) sistemas altamente coerentes e dotados de uma lógica supra-ordenada em relação aos seus componentes.

As afirmações mais emblemáticas da ontologia individualista, por sua vez, derivam dos filósofos políticos contratualistas, afirmações dentre as quais poderíamos citar a clássica injunção metodológica hobbesiana de que “é necessário que conheçamos os componentes antes que conheçamos o composto inteiro”, na medida em que “tudo é mais bem compreendido por suas causas constitutivas”. Assim, as causas de compostos sociais deveriam residir nos “homens, como se, mesmo agora, eles tivessem brotado da terra e, de repente, como

cogumelos, adquirissem maturidade plena, sem quaisquer tipos de engajamentos com outros” (*apud* Lukes, 1977: 177). O problema com tal “cogumelismo” metodológico defendido por Hobbes é precisamente a profunda implausibilidade da idéia de que as características fundamentais envolvidas na produção da conduta individual podem ser integralmente descritas independentemente da referência, ao menos implícita, a um contexto social determinado. Isto porque os predicados aduzíveis à subjetividade e à ação individuais (pelo menos, no que toca àquelas características que interessam às ciências humanas, não derivando apenas das qualidades dos seres humanos como objetos materiais) pressupõem, lógica e factualmente, a referência ao universo societal onde emergem. Com efeito, sem pretendermos perscrutar o intenso debate acerca do individualismo metodológico como método explanatório de fenômenos sociais que se desenrolou na ciência social inglesa em décadas recentes (Merquior, 1979: 80-84), muito menos considerar as posições antagônicas que o motivaram como esgotadas, podemos afirmar que Bhaskar (1979: 28) resumiu bem a lição central que ficou *après la lutte* e que seria, creio eu, de bom grado aceita até mesmo por alguns dos contendores autoqualificados como “individualistas” do debate, como Popper (1987: 99-100) e Watkins (1968):

“O verdadeiro problema parece ser não tanto como poderíamos oferecer uma explicação individualista do comportamento social, mas como poderíamos alguma vez oferecer uma explicação não social (i.e. estritamente individualista) de comportamentos individuais, pelo menos daqueles caracteristicamente humanos! Pois os predicados designando propriedades específicas de pessoas pressupõem todos eles um contexto social para o seu emprego. . . A explicação, seja por meio da subsunção a uma lei geral, da referência a motivos ou regras ou da re-descrição (identificação), sempre invoca predicados sociais (Bhaskar, 1979: 28).

Em face de tais dificuldades, Giddens afirma (como Bourdieu em outro lugar) que o ponto de partida mais fecundo para a investigação sociológica consiste na caracterização da vida social como um *fluxo de práticas recorrentes*, práticas tomadas assim como o fenômeno societário central no qual as demais entidades do universo social humano se manifestam ontologicamente e, conseqüentemente, como a instância a partir da qual tais entidades podem ser examinadas, entidades tais como os esquemas cognitivos, normativos e expressivos de produção e interpretação da conduta ou as redes

ordenadas de relações cooperativas e/ou conflitivas entre uma multiplicidade de agentes individuais ou instituições.

Praxiologia e teorias culturalistas da vida social

Em um artigo que não se debruça em detalhe sobre a teoria da estruturação, mas tematiza com perspicácia o que está em jogo na articulação entre culturalismo e praxiologia, Reckwitz (2002) oferece uma caracterização ideal-típica de três respostas ao problema da gênese e da manutenção da ordem social, bem como de sua relação com os motores subjetivos predominantes na conduta humana. Grosso modo, a organização social da atividade humana poderia ser fundamentalmente concebida como a resultante da agregação contingente de ações individuais guiadas pelo auto-interesse (instrumentalismo), de um conjunto de normas coletivamente compartilhadas e instiladas como orientações de conduta na personalidade de agentes “bem” socializados (normativismo) ou ainda como fruto da posse comum de esquemas motivacionais e simbólico-cognitivos de geração de práticas que terminam, em virtude mesmo da comunalidade ou cumplicidade de suas gramáticas gerativas, por ser “coletivamente orquestradas” mesmo na ausência da “ação orquestradora de um maestro” (Bourdieu, 1979: 72).

Localizando a teoria da estruturação de Giddens nesse grupo de perspectivas “culturalistas”, Reckwitz (2002: 246) afirma que o “ponto cego” dos dois primeiros modelos de ação e ordem é a ausência da referência aos complexos estoques tácitos de conhecimento que capacitam e, ao mesmo tempo, constroem os atores a organizarem simbolicamente a realidade de determinadas formas e a orientarem suas condutas conforme tal organização. Desnecessário dizer, a ênfase nesse fundamento simbólico-cognitivo da ação não implica a exclusão das possibilidades de conduta estratégica ou regulada por normas. Ao contrário, ela permitiria uma compreensão mais aguda dos esquemas de orientação simbólica e prática que estão na base tanto da constituição dos interesses e estratégias individuais empregados nos mais diversos espaços sociais quanto das predisposições ao reconhecimento da legitimidade de certas normas.

De toda forma, vale a pena lembrar que, ainda que as praxiologia de Giddens seja uma versão da teoria culturalista no sentido definido por Reckwitz, nem todas as espécies de culturalismo assumem uma forma praxiológica, na medida em que a atribuição de centralidade às estruturas simbólico-cognitivas no retrato da ação e da ordem

pode perfeitamente coexistir com diferentes visões da “localização” essencial do social. Precisamente em razão dos diferentes domínios ontológicos destacados por cada tipo de abordagem como unidades básicas da análise social, é possível delinear uma classificação das variantes da perspectiva teórico-culturalista, quais sejam: o *mentalismo*, o *textualismo*, o *intersubjetivismo* e a *praxiologia*.

O culturalismo mentalista localiza a unidade básica da investigação social na mente humana, na medida em que esta constitui o *locus* das estruturas de conhecimento e significado que ordenam a conduta dos atores sociais. Não obstante, essa mesma proposta analítica pode se desenvolver em uma direção: a) *objetivista*, como no caso do estruturalismo de Lévi-Strauss (1973), cujo intuito central é a decodificação das estruturas cognitivas inconscientes que formam a ossatura lógica do pensamento humano; b) *subjetivista*, como na fenomenologia social de Alfred Schutz (1979), cujo foco não está em mecanismos inconscientes de significação, mas na descrição dos atos mentais através dos quais a consciência “intencional” (Brentano/Husserl) do agente imputa significados aos objetos externos que compõem seu horizonte experiencial ou “mundo da vida” (*Lebenswelt*).

As abordagens cultural-textualistas, por sua vez, não localizam as teias de símbolos e significados que constituem a vida social no âmbito da mente dos atores, mas, ao contrário, em cadeias de discursos, sistemas de signos e “textos” (no sentido mais abrangente da palavra, que inclui quaisquer objetos ou eventos imbuídos de significado) que são tidos como exteriores ao domínio da psicologia individual. Uma parte significativa da influência da semiótica e, principalmente, do pensamento estruturalista e pós-estruturalista na teoria social está relacionada, com efeito, à importação de uma espécie de metodologia textualista de investigação de práticas socioculturais, ancorada na famosíssima tese derrideana de que “*il n’y a pas d’hors texte*”. De modo coerente com as exigências do “descentramento do sujeito” e da “filosofia da suspeita”, tais perspectivas não concebem os discursos como expressões comunicativas de intenções e qualidades mentais, mas, ao contrário, como seqüências de eventos objetivamente regulados por certas regras de formação, as quais definem inclusive as *posições discursivas* dentro das quais os sujeitos se constituem enquanto tais (assim, não seria o sujeito que constitui o discurso, mas o inverso). Uma visão textualista da vida social também se desenha, ainda que de modo diferenciado e com um acento muito maior sobre as capacidades agenciais criativas dos atores humanos, no quadro da

antropologia hermenêutica de Clifford Geertz. Isto está evidenciado, por exemplo, na sua afirmação de que a “descrição densa” (*thick description*) da etnografia interpretativista busca capturar “o fluxo do discurso social” (1989: 31), entendendo-se a palavra *discurso* naquela acepção semântica ampliada, a qual se refere não a proferimentos comunicativos *stricto sensu*, mas à *dimensão simbólica* dos eventos no mundo social, incluindo aquela encarnada em objetos materiais e condutas humanas.

O intersubjetivismo culturalista, cujas formulações mais características estariam no interacionismo simbólico de Mead e Blumer, bem como na teoria habermasiana da ação comunicativa, encontra, por sua vez, a unidade essencial da existência social na *interação* simbolicamente mediatizada. O modelo paradigmático é oferecido pelos processos de busca de entendimento intersubjetivo estabelecidos no uso ordinário da linguagem, o qual implicaria, da parte de todo agente, o apoio sobre uma esfera não subjetiva de regras de produção e regulação de atos de fala. Com efeito, o conceito de razão comunicativa de Habermas é definido pelo seu próprio progenitor como “uma outra via para escapar da filosofia do sujeito” (2000: 411), isto é, como uma perspectiva capaz de ultrapassar o subjetivismo do “paradigma da filosofia da consciência” (*idem*: 414) não por meio da anulação (ou quase-anulação) pós-estruturalista da subjetividade, mas da referência à precedência genética da intersubjetividade lingüisticamente mediatizada sobre a constituição das subjetividades humanas⁶.

⁶ Os percursos enormemente complexos trilhados pelo pensamento de Habermas jamais poderiam ser tratados com o mínimo de profundidade e detalhe requeridos por sua inserção em uma tipologia mapeadora do campo intelectual da teoria sociológica contemporânea. De toda a forma, talvez valha a pena sublinhar, *pace* Reckwitz, que o elemento estruturante do pensamento teórico-sociológico de Habermas não é tanto a interação comunicativa tomada de modo isolado, mas a distinção entre *trabalho e interação*, depois refraseada em termos da diferenciação entre ação *instrumental* (cujo modelo é precisamente o do *homo oeconomicus*) e ação *comunicativa*, base, por sua vez, de sua caracterização bidimensional do arranjo social moderno, calcada na identificação das esferas do Sistema e do Mundo da Vida, esferas societárias cujas características autorizariam respectivamente modalidades objetivistas e subjetivistas de análise sociológica. Nesse sentido, a via habermasiana para o enfrentamento da dicotomia subjetivismo/objetivismo não consiste tanto, como nos casos de Giddens e Bourdieu, em um esforço de síntese teórico-metodológica voltado à superação de ambas as espécies de abordagens, mas na especificação dos âmbitos empíricos (*casu quo*, mundo da vida e sistema) em que cada tipo de perspectiva seria válida (Habermas, 1987).

Finalmente, as vertentes praxiológicas da teoria culturalista da vida social erigem como conceito fundante da análise sociológica a noção de *práticas sociais*, tomadas como formas rotinizadas e socialmente aprendidas de conduta que articulam movimentos ou performances hábeis do corpo, atividades interpretativas da mente, inserções estratégicas no ambiente físico em que a ação e a experiência cotidianas se desenrolam, aplicação tácita de conhecimentos práticos, interesses existenciais específicos no que se faz e investimentos ou tensões motivacionais e emocionais de uma certa natureza. A versão praxiológica do culturalismo, considerada contra o pano de fundo de suas alternativas mentalistas, textualistas e intersubjetivistas, parece constituir um caminho heurísticamente fecundo para um reconhecimento do caráter simbolicamente mediado da relação indivíduo/sociedade que não desliza, entretanto, para o “idealismo”, ou seja, para a conflação entre o social e o simbólico. Elencando perspectivas teórico-metodológicas mais recentes que se aproximam do seu modelo ideal-típico de “*practice theory*”, Reckwitz cita, além de Giddens e Bourdieu, abordagens como a do “terceiro Foucault” - o estudioso da ética antiga e da “hermenêutica do sujeito”, que se seguiu às fases da “arqueologia do saber” e da “genealogia do poder” -, o modelo neo-hermenêutico da ação social formulado pelo filósofo Charles Taylor, a teoria social neowittgensteiniana de Schatzki, a etnometodologia garfinkeliana, os estudos da ciência de Bruno Latour e a concepção teórica do gênero como “performance” desenvolvida por Judith Butler. A inclusão de tamanha diversidade de autores no bonde do culturalismo praxiológico não apenas convida a um esclarecimento quanto a escolhas específicas (e.g., não seria Butler uma “textualista” radical?), mas também gera o risco de uma diluição do que é distinto nesta perspectiva. Embora não utilize a denominação empregada neste artigo, Sherry Ortner (2006) pisa em solo mais seguro quando lista Giddens, Bourdieu e Marshall Sahlins (ao menos, aquele de *Ilhas de história* [1999]) como versões arquetípicas desse enfoque analítico na teoria social. A despeito das importantes diferenças entre os membros dessa trinca, todos eles avançam uma concepção teórico-metodológica fundada, por um lado, no reconhecimento da contribuição do estruturalismo de Saussure e Lévi-Strauss para a análise da “construção social da realidade” (Berger e Luckmann, 1985), nos sentidos cognitivo e prático, através de instrumentos simbólicos coletivamente compartilhados e socializativamente aprendidos pelos atores, mas também caracterizada, por outro lado, pela crítica à excessiva autonomia (ou desligamento dos rumos

contingentes da *práxis* social) com que tais instrumentos foram concebidos por aqueles mestres estruturalistas, crítica entrelaçada à idéia de que o estudo destas ferramentas simbólico-cognitivas é inseparável da investigação dos modos pelos quais elas são contingentemente constituídas, reproduzidas ou transformadas por meio de suas utilizações estratégicas em práticas situadas.

Considerações finais

Com seu *pathos* característico, Zygmunt Bauman descreveu a história da sociologia como...

“um cemitério de tentativas fracassadas de resolver teoricamente a contradição prática da condição humana: a contradição entre as pessoas fazendo a história (sociedades, sistemas, estruturas etc.) e a história (sociedades, sistemas, estruturas etc.) fazendo as pessoas” (Bauman, 36: 1989)

De um ponto de vista praxiológico, no entanto, a “contradição” mencionada aparece apenas quando se toma as propriedades do indivíduo ou da totalidade social como “pontos de partida sócio-ontológicos” (Schatzki) a partir dos quais as propriedades da outra instância podem ser descobertas ou mesmo inferidas. Se se parte, ao contrário, de um retrato do mundo social como um fluxo ininterrupto de práticas, a produção da história pelas pessoas e das pessoas pela história despontam como dois aspectos distintos de um só e mesmo processo. Giddens (1979: 130) elucida esse ponto fazendo recurso heurístico à noção simmeliana de *Vergesellschaftung*, cuja duplicidade semântica seria capaz de apontar para a conexão intrínseca entre a trajetória de aprendizado e transformação do ator individual (“socialização”) e a constituição e reconstituição contínua da sociedade através das práticas de múltiplos agentes (“sociação”). Como vimos, o teorema da dualidade da estrutura postula que a estruturação e reestruturação dos elementos motivacionais e recursivos que edificam a personalidade do agente é tanto dependente das injunções dos contextos sociais em que tal agente se insere no decurso de sua biografia, quanto contribui para reproduzir ou recriar as propriedades desses contextos⁷. Como o terreno sócio-

⁷ O argumento pressupõe, é claro, que a socialização não se refere apenas a fases específicas da vida do indivíduo (e.g., a infância e a adolescência) a partir das quais o sujeito estaria apto a agir como um membro maduro de uma dada sociedade, mas a um processo de moldagem e remoldagem ininterrupta da personalidade do ator que se prolonga por todo o ciclo de sua vida.

ontológico de constituição mútua do sujeito e do objeto da vida social, o *locus* processual onde a relação entre agência e estrutura é “instanciada” (Giddens), forjada momento a momento em um fluxo ininterrupto de constituição da sociedade pelos agentes e dos agentes pela sociedade, o domínio da práxis culturalmente mediada forneceria, assim, a chave para se compreender porque é válida a tese de que “é tão verdade serem as circunstâncias a fazerem os homens quanto a afirmação contrária” (Marx e Engels, 1979: 49).

Referências

- ALEXANDER, J. “O novo movimento teórico”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 4, 1987.
- ALEXANDER, J. e GIESEN, B. “From reduction to linkage: The long view of the micro-macro debate”. In: ALEXANDER, J.; GIESEN, B.; MUNCH, R. e SMELSER, N. *The micro-macro link*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1987.
- ARCHER, M. *Culture and agency*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- BAUMAN, Z. *Culture as praxis*. London: Routledge, 1973.
- BAUMAN, Z. “Hermeneutics and modern social theory”. In: HELD, D. e THOMPSON, J. (Org.). *Social Theory of Modern Societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- _____. “Hermeneutics and modern social theory”. In: HELD, D.; THOMPSON, J. (Org.). *Social theory of modern societies: Anthony Giddens and his critics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- BERGER, P. e LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BHASKAR, R. *The possibility of naturalism*. Brighton: Harvester Press, 1979.
- BOURDIEU, P. *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990a.
- _____. *The logic of practice*. Stanford: Stanford University Press, 1990b.
- CALHOUN, C. “Pierre Bourdieu”. In: RITZER, G. (ed.). *The blackwell companion to major contemporary social theorists*. Cambridge, MA: Blackwell, 2003.
- COHEN, I. “Teoria da estruturação e práxis social”. In: GIDDENS, A. e TURNER, J. *Teoria Social Hoje* (Org.). São Paulo: Unesp, 1999.

DOMINGUES, J.M. Criatividade social, subjetividade coletiva e modernidade brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.

ELIAS, N. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
GARFINKEL, H. Studies in ethnomethodology. New Jersey: Prentice-Hall, 1967.
GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC editora, 1989.

GIDDENS, A. Novas regras do método sociológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. Central problems in social theory. London: Macmillan, 1979.

_____. A contemporary critique of historical materialism (Vol.1): power, property and the state. London: Macmillan, 1981.

_____. Profiles and critiques in social theory. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1982.

_____. "A reply to my critics". In: HELD, D. e THOMPSON, J. (Org.). Social theory of modern societies: Anthony Giddens and his critics. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

_____. Social theory and modern sociology. Cambridge: Polity Press, 1993.

_____. Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: Unesp, 1997.

_____. "Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção da cultura". In: GIDDENS, A. e TURNER, J. (Org). Teoria social hoje. São Paulo: Unesp, 1999.

_____. O sentido da modernidade: conversas com Anthony Giddens. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

_____. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Unesp, 2001.

_____. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOFFMAN, E. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1975.

HABERMAS, J. The Theory of communicative action - Vol.2: Lifeworld and System: a critique of functionalist reason. Boston: Beacon Press, 1987.

_____. O discurso filosófico da modernidade. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JOSEPH, I. Erving Goffman e a microsociologia. São Paulo: FGV, 2000.

LÉVI-STRAUSS, C. Antropologia estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.

LUKES, S. "Methodological individualism reconsidered". In: Essays in social theory. London: Macmillan, 1977.

MARX, K. e ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.

MERQUIOR, J.G. The veil and the mask: essays in culture and ideology. London: Routledge, Keagan and Paul, 1979.

PARSONS, T. The social system. London: Routledge, 1991.

PETERS, G. “Admirável senso comum? Agência e estrutura na sociologia fenomenológica”. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 47, n. 1, 2011.

POPPER, K. A sociedade aberta e seus inimigos. São Paulo: Edusp, 1987.

ORTNER, S. Anthropology and social theory. Durnham NC: Duke University Press, 2006.

RECKWITZ, A. “Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing. *European Journal of Social Theory*, v. 5, n. 2, 2002.

SAHLINS, M. Ilhas de História. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

SCHATZKI, T. Social practices: a Wittgensteinian approach to human activity and the social. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. “Practices and actions: a wittgensteinian critique of Bourdieu and Giddens”. *Philosophy of the Social Sciences*, v. 27, n. 3, 1997.

SCHUTZ, A. Fenomenologia e relações sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SIMMEL, G. Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Org: Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1983.

SZTOMPKA, P. A Sociologia da mudança social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

VANDENBERGHE, F. Globalisation and individualisation in Late Modernity: a theoretical introduction to the sociology of youth. Mimeo, 1999.

_____. Teoria social realista: um diálogo franco-britânico. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

WATKINS, J.W.N. “Methodological individualism and social tendencies”. In: BRODBECK, M. (Org.). Readings in the philosophy of the social sciences. New York: Macmillan, 1968.